CONTRATO N.º 422/2026

CONTRATO DE LOCAÇÃO DE IMÓVEL QUE ENTRE SI FAZEM, DE UM LADO, O MUNICÍPIO DE MARICÁ, POR MEIO DA SECRETÁRIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL E CIDADANIA, DE OUTRO LADO, ELEONORA MELLO DANTAS E ELIANA MELLO DANTAS.

O **MUNICÍPIO DE MARICÁ**, pessoa jurídica de direito público interno, cuja Prefeitura tem sede na Rua Álvares de Castro, n.º 346, Centro, Maricá, CNPJ n.º 29.131.075/0001-93, doravante denominado MUNICÍPIO, por meio da **SECRETÁRIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL E CIDADANIA,** a seguir denominado **CONTRATANTE,** neste ato representada pelo Srª. **DRYENE TAVARES AREAS SILVA,** portadora da cédula de identidade de n.º 23.142.242-9, expedida pelo DETRAN/RJ, e inscrita no CPF/MF sob o n.º 135.075.927-97, de outro lado, **ELEONORA MELLO DANTAS,** portadora da cédula de identidade de n.º 04.401.554-3, expedida pelo DIC/RJ, e inscrita no CPF/MF sob o n.º 513.679.557-34 e **ELIANA MELLO DANTAS**, portadora da cédula de identidade de n.º 04.387.945-1, expedida pelo IFP/RJ e inscrita no CPF/MF sob o n.º 508.159.547-00, daqui por diante denominada **LOCADORA**;

Considerando que não havia nos cadastros imobiliários da Prefeitura informações de imóvel disponível que atendesse as necessidades do Órgão da Administração Pública Municipal responsável pela locação, e;

Considerando que o valor do aluguel foi fixado com base nos documentos constantes do **Processo Administrativo n.º 14007/2026**, em especial o Termo de Referência de fls. 237/269, Parecer da Comissão Permanente de Avaliação de Valores Imobiliários às fls. 270/292.

Resolvem celebrar o presente contrato de locação de imóvel com fundamento no **Processo Administrativo n.º 14007/2026**, em que a licitação foi declarada inexigível por ato da Secretaria de Assistência Social e Cidadania, que se regerá pela **Lei Federal nº 8.245, de 18.10.91**, bem como pelas normas gerais constantes da **Lei nº 14.133 de 1º de abril de 2021**, **Decreto Municipal n.º 78/2025**, que se consideram integrantes do presente, observando-se, no mais, o que a seguir se dispõe:

CLÁUSULA PRIMEIRA – OBJETO DA LOCAÇÃO

O objeto do presente contrato é a **LOCAÇÃO DE IMÓVEL PARA INSTALAÇÃO DO CONSELHO TUTELAR II VINCULADO À SECRETARIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL E CIDADANIA, CONFORME ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR, ÀS FLS. 210/236, LOCALIZADO NA RUA DOS MAMOEIROS, LOTE 07, QUADRA 01, CASA 01, INOÃ – LOTEAMENTO VALE ESPERANÇA, MARICÁ/RJ, CEP: 24.801-040,** conforme descrito e caracterizado no Termo de Referência.

CLÁUSULA SEGUNDA – PRAZO
O prazo da presente locação será de **12 (doze) meses,** com possibilidade de prorrogação, contados da data de assinatura.

Parágrafo Primeiro: O Município poderá, independentemente do pagamento de qualquer multa ou indenização, denunciar a locação antes do término do prazo acima, desde que notifique as LOCADORAS com a antecedência mínima de 30 (trinta) dias.

Parágrafo Segundo: Se, findo o prazo nesta cláusula, convier ao MUNICÍPIO a manutenção da locação, as partes diligenciarão no sentido da **assinatura de termo de prorrogação do contrato**, observado o disposto na **Lei nº 8.245, de 18.10.91** e na **Lei n. º 14.133/21**, no que for aplicável.

CLÁUSULA TERCEIRA – ALUGUEL
O aluguel mensal será de **R$ 5.602,85 (cinco mil, seiscentos e dois reais e oitenta e cinco centavos),** tendo o contrato a importância global de **R$ 67.234,20 (sessenta e sete mil, duzentos e trinta e quatro reais e vinte centavos)**.

Parágrafo Primeiro: Além do aluguel, o MUICÍPIO reembolsará as LOCADORAS, pelo respectivo valor, sem quaisquer acréscimo ou multas, mediante a apresentação prévia dos respectivos comprovantes de pagamento, das quotas de condomínio, taxas e prêmios de seguro contra fogo, que incidirem ou venham a incidir sobre o imóvel locado.

Parágrafo Segundo: As despesas referentes ao corrente exercício correrão à conta da dotação orçamentária:

Programa de Trabalho: 16.01.04.122.0001.2001;
Elemento de Despesa: 3.3.3.9.0.36.00.00.00;
Origem do Recurso: 1704;
Nota de Empenho: 5501/2026.

Parágrafo Terceiro: As despesas relativas aos exercícios subsequentes correrão por conta das dotações orçamentárias respectivas, devendo ser empenhadas no início de cada exercício.

CLÁUSULA QUARTA – REVISÃO DO ALUGUEL
O aluguel ajustado na cláusula anterior poderá ser revisto a cada **12 (doze) meses**, a fim de que o valor permaneça compatível com o praticado no mercado, conforme o **Índice IGPM.**

CLÁUSULA QUINTA – FORMAS DE PAGAMENTO DO ALUGUEL
O aluguel será pago mensalmente, mediante crédito na conta bancária das LOCADORAS, até o 30º (trigésimo) dia do mês subsequente ao vencido.

CLÁUSULA SEXTA – UTILIZAÇÃO DO IMÓVEL
O imóvel poderá ser utilizado por qualquer órgão da administração direta ou indireta do MUNICÍPIO.

CLÁUSULA SÉTIMA – VIGÊNCIAS EM CASO DE ALIENAÇÃO DO IMÓVEL
O presente contrato obriga os contratantes e todos os seus sucessores a título singular ou universal, continuando em vigor, ainda que o imóvel seja transferido a terceiros. Com vista ao

exercício, pelo **MUNICÍPIO**, desse seu direito, obrigam-se as LOCADORAS a fazer constar a existência do presente contrato em qualquer instrumento que venha a firmar, tendo por objeto o imóvel locado, com expressa manifestação do conhecimento e concordância com as suas cláusulas, pela outra parte.

CLÁUSULA OITAVA – CONSERVAÇÃO, REPAROS E OBRAS
O MUNICÍPIO obriga-se:

a. a bem conservar o imóvel locado e a realizar nele, por sua conta, obras de reparação dos estragos a que der causa, desde que não provenientes de seu uso normal;

b. a restituí-lo, quando finda a locação, no estado que o recebeu, salvo as deteriorações decorrentes de uso normal.

Paragrafo único: O MUNICÍPIO poderá exercer o direito de retenção do imóvel locado até que seja devidamente indenizado pela execução, nele, de:

a. benfeitorias necessárias que, por não poderem ser levadas, a ele se incorporam; e
b. de benfeitorias úteis, desde que autorizadas.

CLÁUSULA NONA – SEGUROS
Caberá as LOCADORA manter segurado o imóvel pelo valor que entender adequado, correndo por sua conta o pagamento dos prêmios correspondentes, excetuados os relativos aos seguros contra fogo (Cláusula Terceira, parágrafo primeiro).

CLÁUSULA DÉCIMA - IMPEDIMENTOS À UTILIZAÇÃO DO IMÓVEL
No caso de incêndio ou da ocorrência de qualquer outro motivo de força maior que impeça a utilização parcial ou total do imóvel ora locado, por parte do MUNICÍPIO, poderá este alternativamente:

a. considerar suspensas, no todo ou em parte, as obrigações deste contrato, obrigando-se as LOCADORAS a prorrogar o prazo de locação pelo tempo equivalente à realização das obras necessárias ao uso;
b. considerar rescindido o presente contrato, sem que aos LOCADORES assista qualquer direito de indenização.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – MORA E SUA PURGAÇÃO
As LOCADORAs reconhecem ao MUNICÍPIO, expressamente, o direito de purgar a mora em Juízo, em quaisquer circunstâncias e sem as limitações estabelecidas no artigo 62, parágrafo único, da Lei nº 8.245, de 18.10.91.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – REGISTRO, PUBLICAÇÃO E REMESSA DE CÓPIAS
Para os fins previstos nos artigos 576, §§ 1º, 2º, do Código Civil,167, "3" da Lei 6.015, de 31.12.73 e 8º da Lei 8.245 de 18.10.91 o MUNICÍPIO promoverá no prazo de 30 (trinta) dias, a partir da data da assinatura do presente, o registro deste contrato no competente Cartório do Registro Geral de Imóveis.

Parágrafo Único: Serão providenciados, em até 10 (dez) dias úteis, a contar da data de assinatura, a disponibilização do instrumento no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP) e a respectiva publicação do extrato no Jornal Oficial do Município, com o respectivo envio de cópias autenticadas deste contrato ao Tribunal de Contas do Estado do Rio de Janeiro.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DO FORO

Fica eleito o foro da cidade de Maricá, Comarca de Maricá para dirimir quaisquer dúvidas ou litígios decorrentes do presente contrato, renunciando as partes contratantes a qualquer outro que tenha ou venham a ter, por mais especiais ou privilegiado que seja.

E, por estarem justos e contratados, assinam o presente instrumento em **04 (quatro)** vias, na presença das testemunhas abaixo assinadas.

Maricá, 29 de outubro de 2026.

Pelo Município:

DRYENE TAVARES AREAS SILVA
SECRETÁRIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL E CIDADANIA

Pela Contratada:

ELEONORA MELLO DANTAS
PROPRIETÁRIA DO IMÓVEL

ELIANA MELLO DANTAS
PROPRIETÁRIA DO IMÓVEL